

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

ATA Nº 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDRS

ATA DA REUNIÃO: 96ª Reunião Ordinária do CEDRS
INÍCIO: 9h10
LOCAL: Auditório 5º andar SEAG

DATA: 26 de setembro de 2013
TÉRMINO: 13h10

Secretário Executivo: Clésio Antônio Brandão
Relator: Letícia Maria Schneider Duarte

1. PARTICIPANTES

1.1. Presentes

(T) Conselheiro-Titular
(P) Presidente

(S) Conselheiro-Suplente
(SE) Secretário Executivo

(C) Convidado
(R) Relator

(O) Outros

Entidade	Representante	Telefone	E-mail	Classe
SEAG/GAFRF	Clésio Antônio Brandão	3636-3717	clesio@seag.es.gov.br	SE
SEAG/GAFRF	Letícia Mª Schneider Duarte	3636-3689	leticia@seag.es.gov.br	R
INCAPER	José Bráz Venturin	3636-9820	bventuri@incaper.es.gov.br	S
IDAF	José Olavo Bellon	3132-1564	jbllon@idaf.es.gov.br	T
CEF	Marcos André da Silva	3357-5100	marcos-andre.silva@caixa.gov.br	S
BB	Wederson Hubner Nascimento	9943-6767	whn@bb.com.br	T
DFDA/MDA/ES	Josean de Castro Vieira	3185-9058	josean.vieira@mda.gov.br	T
DFDA/MDA/ES	Roberto Carlos Keffer	3185-9058	rckeffer@mda.gov.br	S
INCRA	Ricardo Muniz Stroglio	3185-9050	ricardostroglio@vta.incra.gov.br	T
FETAES	Paulo de Tarso Caralo	9904-0442	ptcaralo@hotmail.com	S
MEPES	Geovani Bissa Meriguete	3536-1151	geovani.meriguete@mepes.org.br	T
UNICAFES	Jeane Albani Três Trevizani	9901-0527	jeane@fetaes.org.br	T
Comissão Estadual de Mulheres	Maria Augusta Búfallo	9933-2127	augusta@fetaes.org.br	T
Comissão Estadual de Jovens	Zaldimar Tadeu da Silva	9932-9489	juventude@fetaes.org.br tadeu.silvasilva@hotmail.com	S
RECOTES	Jhonne Gomes dos Santos	9863-9314	jhonnegomes@hotmail.com	T
FAPAES	Manoel Bueno dos Santos	8848-6459	aspejpesca@yahoo.com.br	C
MDA	Rafael Lima	3185-9064	rafael.lima@mda.gov.br	C
Território Montanhas	Débora Tesch	9945-3523	territoriomontanhasagua@hotmail.com	C
Articuladora	Talita B.M. Saleme	8129-0800	talitabmsaleme@gmail.com	C
IDAF/UTE	Marcela A. G. Carvalho	9291-1086	marcela.carvalho@idaf.es.gov.br	C
	Edson Batista Pereira	(21) 8166-0912	edson.batistapereira@yahoo.com.br	C
	Marcio Meregueri Meron	(28) 9968-1411	marcio-meron@bol.com.br	C
	Solimar Molina Abreu	(28) 9884-7570	solimarmolina@gmail.com	C
	Leandro Guarnier	(28) 9984-4733	leandromarape@yahoo.com.br	C
IDAF/UTE	Guilherme Francischetti	9243-3925	guilherme.francichetti@idaf.es.gov.br	C
SEAG	Rainer Comper	3636-3687	comper@seag.es.gov.br	C
Secretário de Reordenamento Agrário MDA/SRA	Adhemar Lopes de Almeida	(61) 2020-0885	adhemar.almeida@mda.gov.br	C
DFDA/ES	Rodrigo B. Cortez	3185-9058	dfda-es@mda.gov.br	C

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

Distribuição de cópias dos seguintes documentos:

Ata da 95ª Reunião Ordinária do CEDRS.

Ata da 46ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Infraestrutura Produtiva

Ata da 47ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Infraestrutura Produtiva

Ata da 68ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Política Fundiária

PAUTA DA REUNIÃO

I PARTE:

- Palavra do Presidente – Secretário de Estado da Agricultura (5min)
- Palavra dos Conselheiros (alterado para o final da pauta)

II PARTE: Ordem do dia

- Aprovação da Ata da 95ª Reunião Ordinária do CEDRS;
- Deliberação sobre os encaminhamentos da Câmara Técnica de Política Fundiária;
- Deliberação sobre os encaminhamentos da Câmara Técnica de ATER;
- Deliberação sobre os encaminhamentos da Câmara Técnica de Infraestrutura e PROINF;
- Apreciação por parte do CEDRS no que tange à autorização para o saldo remanescente para aquisição de escavadeiras hidráulicas;
- Apresentação do Documento de Demanda do Território referente à Chamada Pública de ATER nº 10/2012 – pelo MDA;
- Considerações Finais / Palavra dos Conselheiros

1. PALAVRA DO PRESIDENTE

1.1. Verificado o quórum (**anexo I**), o Secretário Executivo do CEDRS, Clésio Antônio Brandão, agradeceu a presença de todos, e justificou a ausência do Secretário de Estado da Agricultura, Enio Bergoli, que estaria em agenda externa. Em seguida, justificou aos Conselheiros a alteração do dia da reunião que passou para 26 de setembro, devido à demanda do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a realização da Chamada Pública do SDT/DIP 01/2013. Assim sendo, a próxima reunião do CEDRS que estaria pré-agendada para o dia 1º de outubro, ficará cancelada em função da proximidade e a falta de pauta, sendo remarcada para o dia **05 de novembro** (terça-feira). Caso se faça necessário, será convocada uma reunião extraordinária do CEDRS. Os Conselheiros não se opuseram e foram favoráveis. Após o Secretário Executivo, apresentou como sugestão uma inversão de pauta, deixando a “Palavra dos Conselheiros” como último ponto, em função dos pontos que precisam passar pela aprovação do CEDRS. O representante do MDA, Rodrigo Cortez, inclui como sugestão, que a “Palavra dos Conselheiros” seja usada como “considerações” ou “alterações” do que está sendo debatido na pauta. O Secretário Executivo corrobora com Rodrigo Cortez, e pergunta aos demais Conselheiros se todos concordam, não havendo nenhuma objeção. No fim, será aberto um espaço para informes dos Conselheiros. Na sequência o Secretário Executivo fala do segundo ponto da reunião dando a que é a aprovação da Ata.

2. APROVAÇÃO DA ATA

2.1. De posse da palavra, o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 95ª Reunião Ordinária do CEDRS. O Conselheiro Zaldimar Tadeu da Silva pediu para que seu nome seja incluído na Comissão que fez uma visita ao Setor de Distribuição das Cooperativas de Agricultura Familiar para

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

Merenda Escolar, no Sambão do Povo. Corrigida, a Ata foi posta em votação e foi aprovada em unanimidade.

3. DELIBERAÇÃO SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DA CÂMARA TÉCNICA DE ATER

3.1. Leitura do ofício encaminhado pelo Conselheiro Maxwel conforme consta no **anexo II**, pelo Conselheiro Bráz Venturim. Relato sobre a falta de quórum nas reuniões da CT de ATER.

3.2. O Secretário Executivo do CEDRS, alerta para a falta de participação dos Conselheiros nas Câmaras Técnicas, apresentando como sugestão a homologação de uma CT, se for necessária, com menos membros, mas que tenha condições de funcionar.

3.3. O Conselheiro Josean faz uma observação de que esse ano foi feita uma avaliação das políticas públicas do desenvolvimento rural sustentável através dos debates territoriais. Uma das discussões que foi levantada na II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRSS foi com relação ao formato do CEDRS. A forma como o Conselho delibera. Relata a importância da paridade entre o setor público e a sociedade civil. O CEDRS precisa ter a participação e controle social da sociedade civil para que as políticas públicas sejam mais aprimoradas dentro da realidade. Não existe conflito de interesse. Outra questão das faltas é a dificuldade da sociedade civil em conseguir diária para viajar, entre outras. Não adianta tomar uma medida paliativa para que não se perca a essência do Conselho que é discutir as políticas públicas do Estado. Começar a fazer um movimento para que o CEDRS passe por uma revisão, com a promoção de seminários e debates para que se possa discutir de fato o papel das Câmaras. A especulação imobiliária está expulsando o agricultor familiar para área menos fértil e mais distante. É preciso se preocupar com o aceleração de condomínios de lazer no cinturão verde, e onde cabe ao CEDRS ajudar a esses agricultores. Por fim, é preciso entender melhor a causa da ausência nas CT, qual o caminho que se deve traçar para tornar o CEDRS mais dinâmico e mais atrativo.

3.4. O representante da DFDA/ES, Rodrigo Cortez, observa que na realidade das oito instituições que são efetivas da CT de ATER, o poder público é o que apresenta mais falta.

3.5. O Conselheiro Zaldimar Tadeu da FETAES mostra a sua importância e se compromete enquanto representante da federação em levar a questão da falta de participação para entidade.

3.6. O Secretário Executivo do CEDRS, Clesio Brandão, faz uma proposta de encaminhamento para que o CEDRS solicite das instituições os seus representantes das CT atualizados, e que se homologuem no CEDRS as quatro CT com seus representantes e suplentes e que os mesmos sejam apresentados no Conselho para que se comprometam a participar das reuniões.

3.7. O Conselheiro José Bráz Venturim levanta o outro ponto da CT de ATER, onde encaminha a documentação do INCAPER na questão do cadastramento da Fase 1 (elaboração de projetos).

3.8. O Conselheiro Paulo Caralo informa que o pleito da Federação – FETAES, ao Governo do Estado é justamente quanto a questão da Fase 1, onde vê o papel da organização dos grupos um papel da organização dos trabalhadores e não do Incaper. O Incaper faria a assistência técnica.

3.9. O Conselheiro Bráz informa que o agricultor tem encontrado dificuldades na elaboração dos projetos, pressionando o INCAPER para que ajude a superar essas dificuldades. As empresas credenciadas têm encontrado dificuldades também.

3.10 – O Secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Lopes de Almeida, agradece a participação no CEDRS, desejando um bom trabalho para todos. Informa que, o MDA está numa agenda circulando por vários Estados fazendo atendimento para as organizações da rede do crédito fundiário, os parceiros, os bancos (BB, CEF, BNB), agentes financeiros, e o IDAF. Informa também que a metodologia de trabalho adotada no IDAF do Espírito Santo está sendo utilizada no Brasil inteiro. É o trabalho de foto cadastramento. Outro ponto é em relação à fala do Conselheiro Josean

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

que mostra que o MDA está afinado quanto à percepção do papel do governo/sociedade de olhar para o fundiário como olhar de “sindico”, como gerente e não como expectador. As questões levantadas pelo Conselheiro são relevantes. É preciso fazer um trabalho de reconhecimento da malha territorial, do regime de ocupação e uso da terra através da imagem de satélites, que é um método de trabalho que traz um excelente nível de precisão, além de agilizar o trabalho e reduzir o seu custo. Ressalta também a necessidade de buscar um aprofundamento dessa ocupação, quando se fala que as terras da agricultura familiar estão perdendo disputadas por condomínios de lazer, é preciso estar atento a especulação imobiliária dos centros urbanos, a eficiência da agricultura familiar na geração de renda não é suficiente para enfrentar a especulação imobiliária nas disputas das propriedades. Áreas nobres serão perdidas para a especulação imobiliária. O MDA vem desenvolvendo um processo de intercâmbio com outros países para que se possa fazer um ajuste na legislação fundiária. Cita o modelo francês de gestão fundiária, onde existem comissões com a participação da comunidade que fazem gestões da ocupação e do uso da terra. A grande preocupação não está na disputa da terra e sim no regime de ocupação e uso. São organizações de direito privados que regulam esses arrendamentos. A definição da produção é feita a partir da decisão e da participação do poder público local e da participação das organizações dos produtores. Quem compra, compra sabendo o que vai plantar. Isso não é discutido no Brasil. Somente o acesso a terra, e agora com muita ênfase a qualidade desse acesso na capacidade de produção e na infraestrutura. O CEDRS é um ambiente adequado para fazer esse debate. Como nós vamos fortalecer novos instrumentos para poder intervir no regime de ocupação e uso, e sim no caso do Brasil no regime de propriedade. Destacou que às visitas nos Estados é para dar destaque a algumas características novas no Programa, e uma delas é a “chave do sucesso” do Crédito Fundiário está justamente no momento em que o grupo é organizado. O grupo ou a família que se candidata é identificado. Esse sucesso tem uma relação estreita com a legitimidade da demanda. Ou seja, é de fato um sonho daquele cidadão comprar aquele imóvel? Ele realmente tem a disposição de ocupar, de produzir alimentos, de viver com sua família? Se essa característica é garantida o resto dos problemas são enfrentados e superados. O principal elemento: A quem cabe esse papel? É uma tarefa que deve ser determinada para o movimento sindical e não para o poder público. A mobilização e organização das famílias. O Incaper, como Estado, contribui nesse processo em apoiar essa proposta que esta cada vez mais complexa. A base legal, normativa, exige uma segurança jurídica no processo de contratação. O conflito de interesses se apresenta se eu vou vender o serviço, eu não posso ser parte do julgamento da qualidade da proposta. A aptidão do Incaper é prestar assistência técnica. Ajudar na elaboração das propostas como apoio. No sistema habilitado, a Federação. Item obrigatório do Crédito Fundiário é a prestação de ATER por cinco anos, no valor de R\$ 1.500,00 por família /ano. Serviços a ser prestado por empresas devidamente habilitadas no sistema do MDA. Reafirma que, o CEDRS deve debater e superar de que forma nos vamos apoiar, que estratégia adotar para fortalecer as organizações sociais para que elas possam desempenhar o seu papel de uma forma adequada.

3.11. O Conselheiro Bráz destaca a falta de empresas de assistência técnica para desenvolver esse projeto. O Incaper funciona como facilitador nesse processo.

3.12. O Secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Lopes ressalta que, o CEDRS pode ir além e recomendar ao Incaper que estabeleça uma relação de diálogo na elaboração dos projetos, onde o Incaper possa apoiar essas organizações suprimindo a limitação técnica que essas associações e assim conquistar o direito sem conflitar o interesse de prestar o serviço de ATER remunerado.

3.13. O Conselheiro Roberto Keffer/DFDA/MDA informa que a rede de apoio que estão situadas nos sindicatos, nas empresas de ATER credenciadas e no próprio Incaper, não tem atuação em todos os municípios do Estado. Em alguns municípios não existe essa assistência. O Governo Federal, através do programa “Brasil sem Miséria”, tem como um dos programas principais o Plano Nacional de Crédito Fundiário. Cabe ao CEDRS fazer o mapeamento dos municípios carente de ATER. Outro detalhe apontado é que, existem municípios onde possuem mais empresas de apoio que acabam disputando a área. É preciso avaliar as empresas ou entidades que estão cadastradas na rede de apoio. O crédito fundiário será uma das saídas para os agricultores que se encontram em extrema pobreza.

3.14. O Secretário de Reordenamento Agrário do MDA, informa que o Incaper pode ajudar na fase 1, apoiar na organização e ser remunerado por isso. Pode receber 300 reais por família para ajudar na

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

proposta. Mas o credenciado é de responsabilidade da federação de agricultores e não do Incaper. A responsabilidade política na mobilização dos grupos é das organizações de representações dos agricultores. O Estado só entra como apoio. Não há necessidade de ser ter muitas empresas na fase 1. É necessário avaliar o desempenho de cada empresa para que não atrapalhe o desempenho do programa. O Incaper vai auxiliar a federação e se for contratado o Incaper pode ser remunerado. Um mecanismo do programa que não esta sendo aplicado no Estado. Um trabalho técnico tem que ser remunerado e não ser um trabalho voluntário. A parte técnica inclui a avaliação da qualidade do solo, do que se pode produzir qual a aptidão daquele solo. Essa sugestão inicial precisa de um apoio técnico. A remuneração do técnico se dá justamente para que se tenha um trabalho qualificado.

3.15. O Secretario Executivo, Clésio Brandão apresenta uma proposta de encaminhamento que o ponto de pauta: Pedido de cadastramento para a fase 1 do PNCF seja cancelado e que seja realizado um debate na reunião da CTPF, ampliado, contando com a presença e participação do Adhemar, da SRA, da FETAES, UTE e da Delegacia, para que sejam tiradas as propostas de encaminhamento ao CEDRS. Os Conselheiros concordam com a realização do debate.

4. DELIBERAÇÃO SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DA CÂMARA TÉCNICA DE POLÍTICA FUNDIÁRIA

4.1. O Conselheiro Bráz faz uma apresentação da 68ª reunião da Câmara Técnica de Política Fundiária, e põe em votação as propostas apresentadas. As propostas 2, 3, 4, 5 e 6 foram aprovadas pelos Conselheiros (**anexo III**). A proposta 1, foi votada para que retorne a UTE para maiores esclarecimentos no Plano de Trabalho.

4.2. O Conselheiro Marcos André da Silva/CEF esclarece que as propostas devem ser mais elaboradas para que se possa fazer uma melhor análise do que se propõe.

4.3. O Secretario de Reordenamento Agrário, Adhemar Lopes, sugere que na proposta apareça o valor de ATER, e o valor de referência do imóvel que é calculado pelo sistema de monitoramento de mercado de terras ou por uma metodologia alternativa que a UTE adote.

Inversão de pauta:

5. APRECIÇÃO NO QUE TANGE A AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE SALDO REMANESCENTE PARA UTILIZAÇÃO DE SALDO REMANESCENTE PARA AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS

5.1. O Analista do Executivo da SEAG, Carlos Conti Garizzi, faz o seguinte relato:

“Em 31/12/2011 foi assinado contrato de repasse SICONV 769015/2011 entre esta SEAG e o MAPA, cujo objeto é aquisição de patrulha agrícola mecanizada. Após conclusão de todas as metas estabelecidas no Plano de Trabalho verificou-se a existência de saldo contratual no valor de R\$1.050.074,99, referente ao saldo remanescente e R\$ 134.762,20 referente ao rendimento de aplicação, totalizando R\$ 1.184.837,19. Em 01/08/2013 foi assinado Termo Aditivo prorrogando o prazo de vigência para 01/09/2014. Após solicitação ao órgão concedente para utilização do referido saldo na aquisição de escavadeiras hidráulicas, foi-nos comunicado da necessidade de passar pelo crivo do ilustre Conselho acima citado. “Neste sentido, solicitamos apreciação por parte do Conselho no que tange a autorização para utilização do saldo remanescente para aquisição de máquinas denominada escavadeiras hidráulicas.” Informa que, é importante ressaltar que não se trata de um novo convênio e sim um saldo remanescente de um convênio total de R\$ 11.0000,00. A Secretaria de Estado da Agricultura/SEAG apresentou uma solicitação de Ajuste de Plano de Trabalho nº 02/2013, referente à proposta 769015/2011, a qual consiste na inserção de uma nova meta para aquisição de escavadeiras hidráulicas. O Fiscal Federal Agropecuário, Eduardo Farina de Freitas, emitiu um parecer desfavorável, informando que, por se tratar de uma nova meta, se faz necessária a ata de aprovação do CEDRS.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

5.2. O Secretário Executivo do CEDRS, Clésio Brandão, abre a discussão para os Conselheiros.

5.3. O Conselheiro Josean de Castro ressalta que, se tem um saldo remanescente, deverá ser utilizado em função da carência do Espírito Santo, desses implementos. O Governo Federal está ajudando com a máquina, mas trabalhando com a universalização dos municípios. Que todos tenham acesso às esses recursos. A questão levantada é sobre as Emendas Parlamentares, onde um mesmo deputado entrega a um determinado município, máquinas que o município não tem condições de manter. Como exemplo cita um município que tem seis motoniveladoras paradas. São entregues máquinas sem dar custeio, a prefeitura não tem condições de manter.

5.4. O Analista Carlos Conti informa que cabe ao CEDRS, o Governador e o Secretário a destinação do recurso.

5.5. O Conselheiro Josean de Castro argumenta então, que assim fica difícil o CEDRS votar, uma vez que, desconhece para quais municípios serão entregues essas máquinas.

5.6. O Conselheiro Geovani Meriguete também corrobora com o Conselheiro Josean de Castro, esclarecendo que existem municípios que não suportam uma escavadeira. É necessário que haja mais clareza para que se aprove a proposta. Informa que os deputados ficam enviando “presentes” para os municípios que não tem como manter o equipamento.

5.7. O Secretário Executivo, Clésio Brandão, abre a votação para a utilização do saldo remanescente, considerando as falas dos Conselheiros Geovani Meriguete e Josean de Castro, para que o CEDRS abra uma discussão em relação às Emendas Parlamentares.

5.8. O Secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Lopes, questiona se não é feito um levantamento prévio das necessidades dos municípios.

5.9. O Secretário Executivo do CEDRS, Clésio Brandão informa que existe uma gerência na SEAG específica para programas e projetos, que trabalha em atender essas necessidades, juntamente com o Secretário da Agricultura e o Gabinete de Governo.

5.10. O Conselheiro Josean de Castro informa que é necessário que se faça um estudo melhor da entrega desses equipamentos, até mesmo para que não haja sobreposição do MAPA, com MDA, SEAG, etc.

5.11. O Conselheiro Zaldimar Tadeu, também reafirma que se faça um controle social dos recursos, e que seja registrado em ata todas as considerações e recomendações apresentadas no CEDRS.

5.12. O Secretário Executivo do CEDRS Clésio Brandão abre a votação do saldo remanescente:

A utilização do saldo remanescente é **aprovada por unanimidade, tendo como fator condicionante que a Secretaria de Estado da Agricultura informe qual o destino de todas as máquinas e equipamentos que foram adquiridos no referido Convênio: O que foi entregue; para quem foi entregue, e para onde serão destinadas as máquinas e equipamentos que serão adquiridos para que se tenha uma clareza do que está sendo votado.**

6. DELIBERAÇÃO SOBRE ENCAMINHAMENTOS DA CÂMARA TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA/ PROINF

6.1. O representante da SEAG na Câmara Técnica de Infraestrutura Produtiva, Rainer Comper, apresenta as propostas analisadas conforme consta no anexo IV.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

7. APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE DEMANDA DO TERRITÓRIO REFERENTE À CHAMADA PÚBLICA DE ATER Nº 10/2012.

7.1. A Articuladora do Território de Montanhas e Águas, Débora Tesch apresenta para fins de ciência, o ofício que foi elaborado em plenário e protocolizado no Incaper, SEAG e MDA, manifestando sobre a chamada pública de ATER, e considerações feitas pelo Colegiado, conforme consta no **anexo V**.

7.2. O Secretário do CEDRS, Clésio Brandão informa que o Conselho está tomando conhecimento desse documento, e que, posteriormente, será feito um debate sobre o tema.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS / PALAVRA DOS CONSELHEIROS

8.1. O Secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Lopes, em suas considerações finais relata a sua satisfação em participar de ambientes como esse, mas que ao mesmo tempo, demonstra que ainda se tem muito caminho para trilhar para que o CEDRS cumpra o seu papel, o seu objetivo com o propósito de exercer o controle social, com a preocupação de aprimoramento do CEDRS para que não seja um ambiente apenas de homologação, que tenha uma visão fracionada onde cada momento um gestor faz a apresentação de uma determinada política, busca seus resultados e assim por diante. O desafio é fazer conseguir que o CEDRS reflita o fortalecimento de um projeto de desenvolvimento rural sustentável.

Finalizada a reunião 13h10.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO


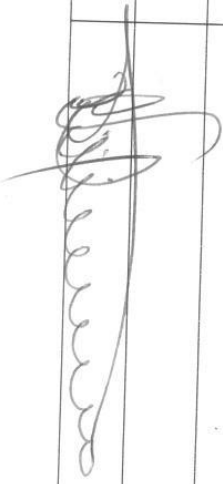
Anexo I

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

LISTA DE PRESENÇA - CONSELHEIROS





96ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS/2013

Local: Auditório SEAG – 5º andar
 Data: 26 de setembro de 2013
 Horário: 09h




Instituição/Conselheiro	Telefone/Celular	E-mail	Assinatura
SEAG Enio Bergoli da Costa – Presidente	3636.3725	eniobergoli@seag.es.gov.br	
Secretário Executivo do CEDRS Clésio Antônio Brandão	3636.3717	clesio@seag.es.gov.br	
SEAMA Fábio Ahnert - Titular	3636-2603	gsu@seama.es.gov.br	
SEADH Marcos Sossai – Suplente	3636-2576	msossai@lema.es.gov.br	
Titular	(27) 3636.6821		
Suplente	3636.6830 9244.3021		
INCAPER Maxwel Assis de Souza - Titular	3636-9888	maxwel@incaper.es.gov.br	
José Bráz Venturin	3636-9820	dventuri@incaper.es.gov.br	

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO




CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

Instituição/Conselheiro	Telefone/Celular	E-mail	Assinatura
IDAF José Olavo Bellon - Titular	3132-1564/1515 9942-1505	jbellon@idaf.es.gov.br	
- Suplente	Fax: 3636.3766 9979-6610		
Caixa Econômica Federal – CEF Antônio Carlos Nicchio - Titular	3357-5501/5502 9942-2955	antonio.nicchio@caixa.gov.br	
Marcos André da Silva	3357-5100	marcos-andre.silva@caixa.gov.br	
Banco do Brasil - BB Wederson Hubner Nascimento- Titular	3331-2612/2629 9943-6767	whn@bb.com.br	
Samuel Valandro	3331-2639	super.es@bb.com.br	
Banco do Nordeste - BNB Marcus Lourical Neves - Titular	3134-8100/ 8889-7225	mneves@bnb.gov.br	
Sonia Lucia de Oliveira Santos - Suplente	3371.3673 9948.7252	sonialuciaos@bnb.gov.br	
SFA/MAPA José Arnaldo de Alencar - Titular	3137-2700/2736 9905-2820	gab-es@agricultura.gov.br	
Sara Hoppe Schröder - Suplente	3137-2752	sara.hoppe@agricultura.gov.br	
DEFDA/MDA/ES Josean de Castro Vieira – Titular	3185-9058 / 9271-9902	josean.vieira@mda.gov.br	
Roberto Carlos Keffer – Suplente	3185-9058	rckeffe@mda.gov.br <i>roberto.carlos.keffer@mda.gov.br</i>	

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO**


Instituição/Conselheiro	Telefone/Celular	E-mail	Assinatura
INCRA Ricardo Muniz Strolligo - Titular	3185-9050/9053/9061 9979-0113	ricardo.strolligo@vta.incra.gov.br	
Alfredo Zampier Lacerda – Suplente	3185-9051	alfredo.zampier.lacerda@vta.incra.gov.br	
FAES Murilo Antonio Pedroni - Titular	3185-9215/9201 9923-8550	murilo@faes.org.br	
Liliane Ferreira Fundão – Suplente	3185-9209	liliane@faes.org.br	
FETAES Reginaldo Armelao - Titular	3223-3677 9933-2142	fetaes.fetaes@terra.com.br armelao@terra.com.br	
Paulo de Tarso Caralo – Suplente	3223-3677 - 9904-0442	ptcaralo@hotmail.com	
APTA Robson Ronqueti - Titular	3763-5895 9908-7386	apta-es@apta-es.org.br	
Demétrius de Oliveira Silva - Suplente	9810-2098	demetrius@apta-es.org.br	
MEPES Geovani Bissa Meriguete - Titular	(28) 3536-1151/1127 9973-4275	mepes.central@gmail.com geovani.meriguete@mepes.org.br	
Reginaldo Drago Lovati	3269.1192	efaalfredochaves@yahoo.com.br	
MPA Dorizete Cosme – Titular	3727-0055 9981-3052	mmpaes.br@gmail.com dorizetecosme@yahoo.com.br	
Sérgio Osmar Conti - Suplente	3763-1303/2803	osmarconti@hotmail.com	

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPÍRITO SANTO

Instituição/Conselheiro	Telefone/Celular	E-mail	Assinatura
UNICAES			
Jeane Albani Trés Trevizani – Titular	3223-3677 9901-0527	jeane@fetaes.org.br	
Valdemar Flegler – suplente	96083130	cat.sml@hotmail.com	
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- MST			
Vladimir Oganuskas Filho – Titular	9718.7242	florestavladimir@yahoo.com.br	
Daniel Mancio – Suplente	9754.5760	d_mancio@yahoo.com.br	
Comissão Estadual de Mulheres			
Maria Augusta Bufalo – Titular	3223-3677 - 9933-2127	augusta@fetaes.org.br	
Leticia Mantovanelli Alves - Suplente	3254-1179	sindruraiscarica@hotmail.com	
Comissão Estadual de Jovens			
Clébio Marques Brambati - Titular	3223-3677 - 9979,2943	clebiobrambati@hotmail.com	
Zaldimar Tadeu da Silva	9932-9489	juventude@fetaes.org.br	
Associação Indígena Tupiniquim e Guarani do Espírito Santo - AITG		<i>tadeu.silva@fetaes.org.br</i>	
Genildo Francisco - Titular	9236-9113	franciscorochoa59@hotmail.com	
Paulo Henrique Vicente Oliveira	3250-1944 9834-8418	paulo.tupiniquim@gmail.com	
Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES			
Arlison Ventura – Titular	9982-9566	arlissonventura@gmail.com	
Wallace da Conceição – Suplente		wallacedaconceicao@yahoo.com.br	

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

Instituição/Conselheiro	Telefone/Celular	E-mail	Assinatura
FECOPES Adwalter Lima - Titular	3243-3632 - 9931-0363	fecopes@hotmail.com	
Janilson Ribeiro – Suplente	(28) 3532.1282		
Fundação Nacional do Índio - FUNAI Pedro Balbino Ferreira – Titular	3250.1650	pedro.balbino@funai.gov.br	
Ronaldo Pereira Batista – Suplente	3250.1650	ronaldo.batista@funai.gov.br	
Rede Estadual de Colegiados dos Territórios - RECOTES Manoel Bueno dos Santos – Titular	8848.5459 9863-9314	aspesca@yahoo.com.br thoune.gomes@hotmail.com	
Leonisio Pereira de Souza	(28) 9974-3905	leonisio.souza@bol.com.br	











CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

LISTA DE PRESEÇA - CONVIDADOS





93ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS/2013

Local: Auditório do Incaper
 Data: 04 de junho de 2013
 Horário: 9h00

Nome / Instituição	Telefone/Celular	E-mail	Assinatura
RAFAEL BUENO DOS SANTOS	FAPAES 27-88486459	ASPETPESCA@YAHOO.COM.BR	
RAFAEL LIMA	3185-9064	RAFAEL.LIMA@UNB.GOV.BR	
Roberta Torres	27 9945.3523	terribonmontanhasec@uaemaid.com	
Tatiana R. M. Salame	87- 81290800	tatiana.salame@gmail.com	
Yvela J. S. Casaralho	27-9291-1086	mvavela.casaralho@iduf.es.gov.br	
Eidem Batista Pereira	21 - 81660912	edem.batista@pauaolalho.com.br	
MARCIO MAESJUS MENON	28-99581411	marcio-menon@bol.com.br	
Poliana medina de Azevedo	(81) 98841.7570	poliana.medina@64usil.com	
Marcelo Fucini	(28) 9984-4433	marcelofucini@globo.com.br	
Gulbene Fournelkett VTE/EDAF	92433925	gulbene.fournelkett@EDAF.org.br	

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

Nome / Instituição	Telefone/Celular	E-mail	Assinatura
Danimir Companhia Seara	3636 3687	companhaseara@gs.br	
Alveses / ADAM/SEPA	(61) 20200885	alveses@adamselpa.gov.br	
Rodrigo B. Borfes	27 3185 9058	rodrigo@seara.gov.br	
SENG / CEDRS / GARF	3636 - 3689	setiavio@seara.es.gov.br	

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

Anexo II

**CÂMARA TÉCNICA DE ATER - CONSELHO
ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO**

Vitória, 19 de setembro de 2013

Ao: Secretário Executivo do CEDRS
Sr. Clésio Antonio Brandão

Do: Coordenador da Câmara Técnica de ATER
Sr. Maxwel Assis de Souza

Prezado Secretário Executivo,

Considerando que o artigo 1º. do Regimento Interno da Câmara Técnica de ATER estabelece como finalidade da mesma a análise e recomendação ao CEDRS das questões ligadas a ATER no Espírito Santo.

Considerando que o artigo 8º deste mesmo Regimento trata da substituição dos componentes da Câmara Técnica que deixarem de comparecer por três reuniões seguidas ou cinco alternadas durante o ano civil.

Considerando que no documento anexo consta a tabela demonstrando como vem sendo a participação das instituições que compõe a Câmara Técnica nas cinco reuniões realizadas neste ano.

Desta forma, este Coordenador, vem solicitar ao Secretário Executivo que encaminhe ao Plenário do Conselho que se faça cumprir o Regimento Interno e que promova junto aos seus pares a substituição dos representantes ou das instituições ausentes nas reuniões para que tenhamos condições de manter a Câmara Técnica de ATER cumprindo seu papel, o que não vem ocorrendo hoje devido a falta de quórum.

Aproveito ainda este expediente para encaminhar a documentação do Incaper relacionada ao pedido de cadastramento para a Fase 1 do PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário – que é a fase de Capacitação Inicial e Elaboração de Propostas, para que seja analisada e deliberada pelo Plenário do CEDRS por sua aprovação ou rejeição do pedido, visto que não foi possível a análise pela CT ATER por falta de quórum na reunião realizada nesta data.

Sendo o que me cumpre para o momento, me despeço.

Att.


Maxwel Assis de Souza

Coordenador da Câmara Técnica de ATER/CEDRS

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

Anexo III

68ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE POLÍTICA FUNDIÁRIA

1 – COM PARECER FAVORÁVEL DESDE QUE OBSERVADAS AS RESSALVAS DA ASSESSORIA JURÍDICA DA UTE/ES

MUNICÍPIO DE COLATINA

Imóvel: SITIO BOA ESPERANÇA 38 Km da Sede.				Área total do Imóvel 9.68 ha			Elaboração: STR COLATINA		
1 –SMMT: Não possui									
2- Os beneficiários residem aproximadamente 15 km do imóvel.									
Nº.	Tipo	Beneficiário	Área ha	Preço R\$	SIC R\$	SAT+SIC RS	Valor/há R\$	Benfeitorias	Dados relevantes
2	C P R	2012-ES-P0192 Associação Basoni	9,68	80.000,00	50.000,00	130.000.00	8.246,46	- Cercas em uso; - Carreador necessitando de reparos;	- Não possui rede elétrica, - Não possui casa; -Café velho; - Pastagem abandonada; - Um curso de água com largura menor que 10m. -Estrada não pavimentada;

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

										<ul style="list-style-type: none"> - Ater: Não informado - Comercialização da produção: Não informado no processo;
Beneficiários: <ul style="list-style-type: none"> 1. Leomar Basoni 2. José Leandro Basoni 		<p>PARECER TÉCNICO DO IDAF: A adoção de diversos fatores deste relatório tem como objetivo subsidiar e fundamentar o parecer final para a proposta de financiamento do Programa Nacional do Crédito Fundiário. A propriedade está localizada no município de Colatina-ES, possui boa disponibilidade hídrica, o valor sugerido encontra-se dentro do esperado para mercado de terras na região para o crédito fundiário, principalmente se levar em conta o relevo, classe de aptidão do solo e área útil do imóvel. Como pontos negativos, destacamos a necessidade de construção de 2(duas) casas para os moradores e a ausência de uso atual do solo. Tendo em vista a minuciosa análise in loco de todos os pressupostos técnicos de ordem agrônômica, econômica e social, que norteiam o Programa Nacional de Crédito Fundiário, emitimos parecer FAVORÁVEL a esta proposta.</p>							<ul style="list-style-type: none"> - APP- Beira de rio; - Não possui termo de reserva legal averbada; - Café Velho: 5,84 há - Pastagem: 3,05 ha - Vegetação primária: 0,78 ha - Área total: 9,67 ha. 	

MUNICÍPIO – MARILANDIA

Imóvel: SITIO SEIS HORAS 26,6 km da Sede de Colatina	Área total do Imóvel: 6.82 ha.	Elaboração: STR
1- Rebate do SMMT: NÃO POSSUI 2 – O beneficiário reside no imóvel a 4 meses e existe um imóvel dos pais confrontante do imóvel da proposta.		

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

Nº	Tipo	Beneficiário	Área R\$	Preço R\$	SIB R\$	SAT+SIB R\$	Valor/ha R\$	Benefeitorias	Dados	
3	C A F	2011-ES- P0129 Elton Friggi	6.82	47.000,00	7.800,00	57.800,00	6.891,50	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Casa de alvenaria (boas condições) - Duas tulhas de madeira necessitando de reparos; - Cercas de divisa em bom estado de conservação. - Eletricidade/ transformador 	<ul style="list-style-type: none"> - curso de água com largura menor que 10m; - 2 poços escavados; - Estradas, carregadores; 	
		<p>Beneficiário: ELTON FRIGGI</p> <p>PARECER TÉCNICO DO IDAF: A adoção de diversos fatores deste relatório tem como objetivo subsidiar e fundamentar o parecer final para a proposta de financiamento do Programa Nacional do Crédito Fundiário. A propriedade está localizada nas proximidades de Marilândia, possui boa disponibilidade hídrica e área de reserva legal averbada em cartório, o imóvel não possui área a ser aberta. Sendo um dos confrontantes do imóvel pai do beneficiário e o beneficiário morando há quatro meses no imóvel, demonstrando assim bom conhecimento pelo beneficiário do imóvel da proposta. O valor sugerido encontra-se abaixo do esperado para mercado de terras na região para o credito fundiário. Como pontos negativos, presença de uma pequena área com afloramentos rochosos, e necessidade de regularização dos poços escavados e adequação da APP do córrego da propriedade a legislação ambiental vigente. Tendo em vista a minuciosa análise <i>in loco</i> de todos os pressupostos técnicos de ordem agrônômica, econômica e social, que norteiam o Programa Nacional de Crédito Fundiário, emitimos parecer FAVORAVEL à proposta em questão.</p>								<ul style="list-style-type: none"> - Comercialização: não informado; - Plano de Ater: Não informado - 0,10 ha de reserva legal APP: Não Informado; - 1,70 ha de eucalipto ≥ 6 anos; - 3,97 ha de braquiária; - 0,32 há de café conilon (velho)

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO
MUNICÍPIO DE COLATINA**

Imóvel: SITIO FORMOSA 26km da Sede Colatina					Área total do Imóvel: 4.84 ha		Elaboração: STR COLATINA		
1- Rebate do SMMT: NÃO POSSUI									
2 – O beneficiário reside próximo ao imóvel rural a ser adquirido.									
Nº	Tipo	Beneficiário	Área Ha	Preço R\$	SIB R\$	SAT+ SIB	Valor/ha R\$	Benfeitorias	Informações relevantes
4	CPR	2012-ES-C0207 ROGERIO NASS	4.84ha	43.300,00	15.000,00	58.300,00	8.946,28	- Poço escavado de 180 m ² , Sem registro. - Sistema de irrigação do café em funcionamento.	- Possui rede elétrica, - Não possui casa; -Café 3000 pés - Um curso de água com largura menor que 10m. -Estrada não pavimentada; - Ater: Não informado - Comercialização da produção: Não informado no processo;

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

<p>Beneficiários:</p> <p>1 - ROGERIO NASS</p>	<p>PARECER DO IDAF: A propriedade está localizada no município de Colatina-ES, possui boa disponibilidade hídrica, o valor sugerido encontra-se dentro do esperado para mercado de terras na região para o crédito fundiário, principalmente se levar em conta o relevo, classe de aptidão do solo a topografia e a cobertura atual do solo. Como pontos negativos, destacamos a falta de infraestrutura do imóvel, como casa de moradia, rede elétrica instalada no imóvel e construções para auxílio ao cultivo do café. Tendo em vista a minuciosa análise in loco de todos os pressupostos técnicos de ordem agrônômica, econômica e social, que norteiam o Programa Nacional de Crédito Fundiário, emitimos parecer FAVORÁVEL a esta proposta.</p>	<p>- APP: Não Informado</p> <p>- Solo com aptidão agrícola;</p> <p>Café : 1,19 há</p> <p>Vegetação 3.30 há</p> <p>Outros 0,41 ha</p> <p>Área total 4,90 ha.</p>
--	---	---

MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

<p>Imóvel: SITIO BOA FÉ</p> <p>11Km até a sede de Itaguaçu</p>					<p>Área total do Imóvel:</p> <p>10ha</p>		<p>Elaboração: STR ITAGUAÇU</p>			
<p>1- Rebate do SMMT: NÃO POSSUI</p> <p>2 – Os beneficiários residem aproximadamente 5km ao imóvel rural a ser adquirido.</p>										
Nº	Tipo	Beneficiário	Área Ha	Preço R\$	SIC (sem add) R\$	SAT=SIC R\$	Valor/ha R\$	Benfeitorias	Informações relevantes	

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

5	CPR	<p>2012-ES-P0161</p> <p>ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS BUSS E CAETANO</p>	10	75.000,00	26.856,20	101.856,2	7.500,00	<ul style="list-style-type: none"> - Cercas em uso; - Carreador necessitando de Reparos; - Sistema de irrigação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Possui rede elétrica, - Não possui casa; - Um curso de água com largura menor que 10m. -Estrada não pavimentada; - Ater: Não informado - Comercialização da produção: Não informado no processo;
<p>Beneficiários:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. = Alécio Caetano 2. Emerson Reinaldo Buss 			<p>PARECER DO IDAF: A propriedade está localizada no município de Itaguaçu –ES , possui boa disponibilidade hídrica, o valor sugerido encontra-se dentro do esperado para mercado de terras na região para o crédito fundiário, principalmente se levar em conta o relevo, classe de aptidão do solo a topografia e a cobertura atual do solo.</p> <p>Como ponto negativo, destacamos a necessidade de duas casas para atendimento das necessidades dos pretensos beneficiários.</p> <p>Tendo em vista a minuciosa análise in loco de todos os pressupostos técnicos de ordem agrônômica, econômica e social, que norteiam o Programa Nacional de Crédito Fundiário, emitimos parecer FAVORÁVEL a esta proposta.</p>					<ul style="list-style-type: none"> - 2 ha reserva legal - APP: Não Informado - Solo com aptidão agrícola: Latos solo vermelho Banana com Café : 1,82 há Pastagem : 3.36 há Banana: 0,44 ha Vegetação em estágio inicial 3,16 ha Outros: 1,59 	

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

		Área total 10 ha.
--	--	-------------------

MUNICIPIO MIMOSO DO SUL

Imóvel: SITIO FORQUILHA 36 KM DE MUQUI				Área total do Imóvel: 6.15ha		Elaboração: STR MOMOSO DO SUL				
1- Rebate do SMMT: NÃO POSSUI 2 – O beneficiário reside aproximadamente 3 km ao imóvel rural a ser adquirido.										
Nº	Tipo	Beneficiário	Área Ha	Preço R\$	SIB R\$	SAT+SIB	Valor/ha R\$	Benfeitorias	Informações relevantes	

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

6	CAF	2011-ES-C0075 Warlen Landi Oliveira	6.15 ha 4,06 ha	25.000,00 20.000,00	7.800,00	52.800,00	4.065,04 4.926,11	- Não existem benfeitorias	<ul style="list-style-type: none"> - Não possui rede elétrica, - Não possui casa; -Café 2000 pés - Não Possui água -Estrada não pavimentada; - Ater: Não informado - Comercialização da produção: Não informado no processo; 	
Beneficiários: 1. Warlen Landi Oliveira			PARECER DO IDAF: Considerando os valores pleitados para o imóvel e considerando as reservas feitas ressalvas feitas no parecer técnico o IDAF opina pelo deferimento do pleito, salvo melhor juízo.					<ul style="list-style-type: none"> - 2h reserva legal - APP: Não possui - Solo com aptidão agrícola; Café : 5 ha Pastagem 2,2 há Eucalipto 1.2ha Outros 0,41 ha 		

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

2 – DEVOLVIDO À UTE/ES PARA AJUSTES E MAIORES INFORMAÇÕES

Município: IBITIRAMA

Imóvel: RIBEIRÃO SANTO ANTONIO 4 km da Sede (estrada pavimentada)				Área total do Imóvel: 4.84 ha		Elaboração: PROJETAR			
1- Rebate do SMMT: NÃO POSSUI									
2 – O beneficiário reside a menos de 1 km do imóvel rural a ser adquirido.									
Nº	Tipo	Beneficiário	Área	Preço R\$	SIB R\$	SAT+SIB R\$	Valor/ha/R\$	Benfeitorias	Informações relevantes
1	CAF	2012-ES-C0160 ANTONIO MARQUES FIGUEIREDO	4.84ha	39.118,29	10.881,71	50.000,00	8.082,29	- 320 m de cerca de arame farpado; - 4,4 ha de pastagem abandonada	- Não possui eletrificação; - Não tem casa; - Não possui nascente e nem curso d'agua no imóvel; - Empresa de ATER: Projetar (Contratada via PNCF); - Comercialização da produção: Não informado no processo;
Beneficiários: 1. =Antônio Marques Figueiredo				<p align="center">PARECER TÉCNICO DO IDAF: Considerando que o valor pago por hectare, R\$ 7.851,23 está de acordo com o valor Praticado na região.</p> <p align="center">O produtor rural que pretende adquirir o imóvel rural já possui experiência em cafeicultura.</p> <p align="center">Considerando a aptidão da região onde o imóvel rural está inserido para cafeicultura;</p> <p align="center">Optamos favoravelmente ao financiamento do imóvel para o PNCF</p>					<p>- Não possui reserva legal averbada deverá cadastrar no CAR;</p> <p>- Área útil/benef 4.4 há;</p> <p>- APP: Não Possui;</p> <p>- Latossolo vermelho e amarelo.</p>

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

Anexo IV

PROJETOS INFRAESTRUTURA PRODUTIVA

	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR	PENDÊNCIAS	PARECER DA CT
	Colatina	03 tratores agrícolas de 75 cv	SEAG:R\$ 398.316,49	Sem pendências	Parecer Favorável. Objetivos: O público alvo será os agricultores pertencentes ao Território Pólo Colatina. Beneficiará atividades ligadas à agropecuária e que de certa forma estão envolvidos em algum tipo de atividade associativa, integrada às ações que já estão sendo desenvolvidas por estes atores.
		01 caminhão com carroceria de madeira	Contrapartida: R\$ 27.633,51		
		01 descascador com capacidade mínima de 15 sacas/horas	Total: R\$ 425.950,00		
	Ecoporanga	02 tratores agrícolas 75 cv	SEAG:R\$ 388.000,00	Pendências-orçamentos e nova ata do CMDRS	Parecer não Favorável. Objetivos: Readequar os valores dos objetos e envio da ata completa
		01 triturador de galhos	Contrapartida: R\$ 12.000,00		
		01 perfurador de solo			
		02 sulcadores de 01 linha	Total:R\$ 400.000		
		02 grades aradoras			
		02 espalhadores de calcário e sementes			
		01 subsolador de 01 linha			
		02 roçadeiras			
	01 veículo com cap. de no mínimo de 09 pessoas				

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

		01 veículo utilitário cap de carga de no mínimo 1.000 kg			
	Itarana	01 trator agrícola 75 cv	SEAG: R\$ 300.000,00	Sem pendências	Parecer Favorável Objetivos: 3)Atendimento aos agricultores através de suas associações no transporte em menores quantidades de suas produções, insumos. Facilitar o transporte nas regiões de difíceis acessos. PNAE e PAA, feiras livres, assistência técnica e extensão rural.
		01 caminhão com carroceria PBT 8.250 kg	Contrapartida: R\$35.380,00		
		01 veículo utilitário porte médio	TOTAL: R\$ 335.380,00		
		01 veículo utilitário pequeno			

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

1- PROJETOS TERRITORIAIS 2013 -PROJETOS - TERRITÓRIO CAPARAÓ

1) - PROPONENTE: SEAG				
Objeto	Finalidade	Documentação	Valor	Parecer
Aquisição de 11 veículos tipo cargo	Apoio à implantação de feiras públicas para comercialização de produtos da agricultura familiar	Sem pendências	Valor MDA:425.000,00 Contrapartida:42.500,00 Valor Total:467.500,00	Parecer favorável

**1- PROJETOS TERRITORIAIS 2013 -
PROJETOS - TERRITÓRIO SUL-LITORÂNEO**

1) - PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA				
Objeto	Finalidade	Documentação	Valor	Parecer
<p>Aquisição e instalação de galpão;</p> <p>Aquisição e instalação de padrão e serviços elétricos;</p> <p>-Aquisição e instalação de câmara de congelamento e túnel de congelamento.</p>	Apoio a Unidades Públicas de Armazenamento de produtos da agricultura familiar.	Sem pendências	Valor MDA: 357.597,37 Contrapartida: 7.297,91 Valor Total: 364.895,28	Favorável desde que identifique o grupo de mulheres

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

1- PROJETOS TERRITORIAIS 2013 -

PROJETOS - TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS

1) - PROPONENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA				
Objeto	Finalidade	Documentação	Valor	Parecer
-30 Barracas de feira de hortigranjeiros; -30 Balanças digitais; -01 Veículo utilitário; -01 Máquina fotográfica.	Apoio à implantação de feiras públicas para comercialização de produtos da agricultura familiar	Sem Pendências	Valor MDA: 183.744,00 Contrapartida: 15.977,75 Valor Total: 199.721,75	Parecer favorável

1- PROJETOS TERRITORIAIS 2013 -

PROJETOS - TERRITÓRIO JUPARANÃ

1) - PROPONENTE: Associação de Apicultores de Fundão				
Objeto	Finalidade	Documentação	Valor	Parecer
01 Descristalizador banho Maria; 01 Mesa desoperculadora com filtro; 01 Centrifuga radial ; Pré-filtro com bomba de transferência; Homogeneizador com aquecimento e isolamento térmico; 01 Bomba com filtro para mel; 01 bomba portátil para desenvaze de mel;	Unidade de Processamento de produtos da Ag. Familiar: derivados leite e mel	Sem Pendências	Valor MDA: 221.963,14 Contrapartida: 4.529,86 Valor Total: 226.493,00	Parecer favorável

**CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DO ESPIRITO SANTO**

Decantadores linha normal; 60 Baldes inox 20 l; 06 Peneira inox; 01 Envasadora para frascos, com balança eletrônica e bomba transferência; 01 Conjunto para produto de sache (maquina, enchedeira, mesa, compressor); 02 Mesas inox para frascos; 01 Conjunto de tubulações; 01 Laminadora alveoladora /cortadora para cera;				
---	--	--	--	--

1- PROJETOS TERRITORIAIS 2013 -

PROJETOS – TERRITÓRIO SUL CAPIXABA

1) - PROPONENTE: Associação de Apicultores de Fundão					
	Objeto	Finalidade	Documentação	Valor	Parecer
	6 máquinas fotográficas 6 impressoras laser 6 GPS 12 notebooks 6 refrigeradores duplex 12 mesas para computador 12 armários de aço 12 arquivos de aço com 4 gavetas 12 cadeiras tipo secretaria 6 veículos passeio	Estruturação de unidades municipais ou de consórcios públicos	Sem Pendências	Valor MDA: 301.852,44 Contrapartida: 33,539,16 Valor Total: 335.391,60	Parecer favorável

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPÍRITO SANTO

Anexo V



Domingos Martins, 09 de setembro de 2013.

Colegiado Territorial Montanhas e Águas do Espírito Santo juntamente com a Rede de Colegiado Estadual:

1) Considerando a Constituição Federal de 1988:

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

IV – a assistência técnica e extensão rural.

2) Considerando a Lei de ATER federal que disciplina os serviços de Assistência técnica e Extensão Rural ATER no Brasil diz que este serviço deve ser uma ação educativa não formal porem continuada.

3) Considerando a Lei Federal 11.326:

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 5o

III - assistência técnica e extensão rural.

IV – pesquisa.

4) Considerando a Constituição Estadual:

Art. 253. Compete ao Estado e, no que couber, aos Municípios, garantir:

IV - a manutenção de sistema de pesquisa, crédito, assistência técnica e extensão rural e de fomento Agrosilvopastoril.

5) Considerando a Lei de ATER Estadual (lei 9923).

6) Considerando o termo de cooperação técnica assinado em 2011 entre o Governo Estadual e Governo Federal.

7) Considerando o Plano de ação firmado entre o Governo Estadual e os Territórios do Estado que em um de seus Eixos trata da Assistência Técnica ATER.

8) Considerando a Chamada pública de ATER 10/2012, sustentabilidade.

9) Considerando que os estabelecimentos rurais familiares representam 84% do total brasileiro, ocupam 24% da área, 74% da mão de obra empregada na agricultura, e é responsável por 38% do valor bruto da produção agrícola nacional.

10) Considerando a importância da Agricultura Familiar para a garantia da segurança alimentar nacional, produzindo em torno de 65% dos alimentos típicos de consumo no mercado interno.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPÍRITO SANTO

- 11) Considerando que no ES a agricultura familiar representa, 80% do total dos estabelecimentos rurais, ocupando 34% do total da área, utilizando 64% da mão de obra rural (20,9 pessoas X 100 ha) e é responsável por 45% do valor bruto da produção agrícola do Estado.**
- 12) Considerando a importância da Agricultura Familiar para a garantia da segurança alimentar do ES, produzindo em torno de 65% dos alimentos típicos de consumo interno.**
- 13) Considerando que do total de estabelecimentos rurais familiares do Espírito Santo 26,40% estão localizados nos municípios que compõem o Território Montanhas e Águas.**
- 14) Considerando que o total dos produtos produzidos no ES e comercializados na CEASA – ES 74,96% é proveniente dos municípios que compõem o Território Montanhas e Águas.**
- 15) Considerando a recomendação do Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA, de um técnico para cada 100 agricultores familiares.**

São inúmeros os estudos que apontam para a necessidade de um profissional de ATER para cada 100 famílias de agricultores. As reivindicações dos movimentos sociais também indicam nesta direção, até por que são poucas as ofertas de outras entidades de ATER no Território, expondo o grande déficit de serviços de ATER para atendimento aos agricultores familiares.

A chamada pública nº 10/2012, que proporciona a oportunidade de que seja desenvolvido um trabalho qualificado para 1300 agricultores e que entendemos ser um bom começo para a universalização dos serviços de ATER de qualidade, acabou tornando-se um sério problema para os municípios do Território, uma vez que para desenvolver este trabalho o INCAPER está utilizando os profissionais que já estavam na região, ou seja, os técnicos que atendiam, em função da grande demanda somente as necessidades mais importantes, porém de todo o conjunto dos agricultores, passaram a prestar uma assistência mais completa, porém a um grupo limitado de agricultores, deixando a grande maioria sem assistência nenhuma.

Sendo assim, nós, membros do Colegiado do Território Montanhas e Águas consideramos que devemos escutar os números, pois eles refletem o fiel cenário da realidade rural brasileira, do Espírito Santo e do Território. Diante desta situação, vimos solicitar, a curto prazo, a reposição de todos os profissionais que foram alocados para desenvolver os trabalhos contratados pela chamada pública nº.10/2012, e a médio e longo prazo perseguirmos a recomendação do MDA de 100 agricultores para cada técnico, pois, os agricultores, não contemplados na chamada pública, estão necessitando deste serviço, o desenvolvimento rural no território e no Espírito Santo dependem deste apoio.

Certos do pronto atendimento,

Contamos com sua atenção.

Saudações.

Membros do Colegiado do Território Montanhas e Águas
Rede de Colegiados dos Territórios do Espírito Santo

Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Brejetuba, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Viana.